

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.654.499 - RS (2020/0018768-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : DAIANO TORRES DE BRITO**  
**ADVOGADO : DANIELLI SILVEIRA VEIGA - RS077059**  
**AGRAVADO : CESAR SILVA LEAO**  
**ADVOGADOS : ROGÉRIO DE CASTRO PEREIRA - RS053939**  
**FILIPPE NUNES DE CASTRO PEREIRA - RS102562**  
**Silvia Salerno Tondo - RS102626**  
**Flavia Pereira de Souza - RS110907**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por DAIANO TORRES DE BRITO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de DAIANO TORRES DE BRITO, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 02/09/2019, sendo o recurso especial interposto somente em 24/09/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

Ainda, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 19/11/2019, sendo o agravo somente interposto em 11/12/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o

# *Superior Tribunal de Justiça*

que impossibilita a regularização posterior.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente